

MURALISMO COLETIVO NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: ARTE COMO MOTRIZ DA FORMAÇÃO

Não:

Adriano Rodrigues Limaⁱ

Mestrando PROFArtes Universidade de Brasília – UnB

Mônica Castagna Molinaⁱⁱ

PPGE Universidade de Brasília – UnB

Felipe Canova Gonçalvesⁱⁱⁱ

PROFArtes UnB - Faculdade UnB de Planaltina – FUP

RESUMO

Este texto é resultado do trabalho coletivo, princípio da formação de educadores do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade de Brasília, que envolveu os professores, estudantes da graduação e da pós-graduação com uma turma de estudantes quilombolas, da comunidade de Vão de Almas e Vão do Moleque, Cavalcante – GO. O muralismo foi trabalhado na perspectiva de uma prática artística com viés crítico e da dialogicidade como instrumento para realizar a síntese do componente curricular Educação do Campo e Direitos Humanos. A metodologia envolveu estudo, debate e diálogo na compreensão da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a pesquisa participante, na qual realizamos a elaboração temática dos artigos a serem pintados em um mural coletivo, na perspectiva de pautar a democracia dentro da Universidade Pública.

PALAVRAS-CHAVE

Muralismo. Direitos Humanos. Educação do Campo. Trabalho Coletivo.

No exercício de pensar sobre processos e práticas de produções artísticas, se torna imprescindível considerar algumas perspectivas e dimensões humanas em seus vastos campos dos saberes, sejam eles acadêmicos ou empíricos. Assim, é impossível dissociar as práticas artísticas das práticas pedagógicas, as práticas intelectuais, das práticas manuais. Seguindo essa perspectiva epistemológica, a intenção primária deste resumo é demonstrar tais conexões explanando, por meio também de relato de experiência, algumas circunstâncias possíveis com a dialogicidade (FREIRE, 1987) libertadora aplicada na realização de um mural com o tema Educação do Campo e Direitos Humanos desenvolvido coletivamente com estudantes da Licenciatura de Educação do Campo (LEdoC), da Faculdade UnB Planaltina (FUP/UnB), no primeiro semestre de 2024.

Iniciando o desenvolvimento dessas reflexões criativas no princípio básico do existir e buscando compreender o autoconhecimento como um caminho que possibilita aprendizagens, fruição e disseminação de informações. Adotamos o autoconhecimento explanado aqui, na abordagem da autorreflexão ou autoconsciência do ser humano no mundo que habita. E a categoria do Trabalho Coletivo, princípio da Formação de Educadores, na Educação do Campo, como instrumento. Paulo Freire (1996) aponta que ensinar é uma especificidade humana; por esse motivo, “me movo como educador porque, primeiro, me movo como gente” (FREIRE, 1996, p. 92) e nessa perspectiva, a concepção do fazer artístico em grupo ou do conhecimento aplicado, que corrobora com um processo de criação e/ou fruição em execução por diferentes estágios, se dão a partir da mediação e da dialogicidade. Sobretudo quando tratamos da especificidade da Educação do Campo, na qual

devemos “pensar concretamente no processo de produção, nas intencionalidades e nas relações dos sujeitos do campo com a arte” (CARVALHO *et al.*, 2016, p. 20).

As atividades as quais falaremos adiante, são oriundas de um processo de construção coletiva que perpassou pelos estudos de componentes curriculares de forma interdisciplinar e transdisciplinar. Compreendendo a transdisciplinaridade por sua vez, com um poder gigantesco sobre a criação humana como afirma Nicolescu: “Seu objetivo é a *compreensão do mundo presente*, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento. (NICOLESCU, 1999, p.11, grifo do autor).^{iv}

Como síntese do percurso formativo que aqui apresentamos, um mural foi desenvolvido com a turma de graduação da LedoC (FUP/UnB), entre os dias vinte e dois e vinte e cinco de abril de 2024. Os estudantes participantes dessa experiência, em sua vasta maioria são oriundos de duas comunidades Quilombolas Kalunga, do estado de Goiás, chamados de “Vão das Almas” e “Vão do Moleque”, ambos distritos do município de Cavalcante. Estavam cumprindo mais uma etapa presencial na graduação e nessa ocasião como estudantes do componente curricular Educação do Campo e Direitos Humanos, sob a responsabilidade da professora Dr^a. Monica Castagna Molina, bem como os estudantes convidados da pós-graduação *stricto sensu*, da Faculdade de Educação, Campus Darcy Ribeiro da UnB, no componente de Fundamentos da Educação do Campo.

Com a perspectiva da interdisciplinaridade apresentada aqui, buscamos fixar a noção, por meio das práticas artísticas, de que as aprendizagens desenvolvidas com os estudantes dessa graduação visaram o desenvolvimento de sujeitos que se tornassem curiosos, autônomos e protagonistas para enriquecer coletivamente reflexões críticas nos ambientes universitários e que deverão ser desenvolvidas nas suas carreiras profissionais como futuros professores da Educação Básica.

Na FUP/UnB foram desenvolvidas experiências imersivas por quatro dias junto aos graduandos, com enfoque nas temáticas de Direitos Humanos, culminando com o estudo, leitura e interpretação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Criada em 1948, a declaração assume relevância central na consolidação dos Direitos Humanos em todo o mundo, pois estabelece uma paridade entre direitos civis e políticos, associando-os aos direitos econômicos, sociais e culturais em uma visão integral dos Direitos Humanos (PIOVESAN, 2014). A programação do componente contou com a colaboração de várias(os) docentes da FUP e de programas de pós-graduação e IFES como o PPGDH (CEAM/UnB), PPGMADER (FUP/UnB), PPGARTES (UFPA), PPGCEN (IdA/UnB), PPGMESPT (UnB) e PPGED (UNEB), com o aprofundamento de temas como questão agrária, direito à cultura, direito à alimentação, direito à literatura, agroecologia, questões étnico-raciais, Comissão da Verdade Camponesa, dentre outros.

A partir desta fundamentação teórica, os estudantes desenvolveram em grupos uma primeira fase da culminância da atividade, sendo auxiliados pelos mestrands, doutorandos e demais professores convidados. De forma transdisciplinar em rodas de conversas, cinco grupos foram divididos pelos seguintes temas: Grupo 1: Igualdade e Liberdade (Artigos 1-6); Grupo 2: Liberdades Fundamentais (Artigos 7-12); Grupo 3: Participação e Proteção (Artigos 13-18); Grupo 4: Bem-Estar e Proteção Social (Artigos 19-24); Grupo 5: Educação e Progresso (Artigos 25-30). De cada grupo foi extraído um artigo da Declaração Universal dos direitos Humanos, mais significativo

para os estudantes. No passo seguinte, foram desenvolvidas ainda estratégias e técnicas distintas por cada grupo para, ao final desse processo de análise dos trinta artigos da declaração Universal dos Direitos Humanos, serem selecionados e apresentados 7 artigos, considerados nesse processo como alguns dos mais importantes relativos, principalmente, à educação.



Imagem 1: Dialogicidade e redução temática sobre os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos por estudantes da LEdoC (FUP/UnB). Fonte: Bittencourt Brito, 2024



Bloco de Imagens 2 e 3: Estudantes Quilombolas da LEdoC. Fonte: Bittencourt Brito, 2024

Os resultados do trabalho coletivo de cada grupo tiveram seu momento de socialização para toda a turma e, em consenso, foram selecionados sete artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Estes, adaptados em uma síntese textual, seriam representados em pintura mural no foyer do Auditório Augusto Boal da FUP/UnB, conforme imagem 4 abaixo.



Imagem 4: Professor Adriano, explanando sobre a atividade no foyer do Auditório Augusto Boal, FUP/UnB. Fonte: Bittencourt Brito, 2024

Todos os sujeitos cognoscentes desse processo de concepção dos artigos representados nesse primeiro mural, participaram ainda diretamente no processo de execução e assinaram noutro texto ao lado dos artigos, literalmente com as grafias de impressão das palmas de suas mãos sob suas assinaturas de próprio punho. Este texto sistematizou um relato de como foram realizados esses processos conforme as contribuições coletivas dos murais, como vemos na imagem 5.



Imagem 5: Pintura Mural Completa. Fonte: Bittencourt Brito, 2024

Por que usar essa linguagem artística de pintura muralista em um prédio público da Universidade? Essa seria uma indagação pertinente, caso não vivêssemos as necessidades da prática e exercício de cidadania contra-hegemônica na defesa da democracia brasileira que vive em constantes riscos e ameaças pelo neoliberalismo.

Como contra-hegemonia entendemos, desde as formulações do pensador italiano Antônio Gramsci, a produção de “uma espécie de hegemonia alternativa, na qual o grupo subalterno atua no plano ético-político, num espaço social amplo e heterogêneo. Neste movimento, considera fundamental a dimensão da cultura e da educação” (MOLINA; JESUS, 2010, p.30) Portanto, se faz necessário que nesse espaço de um campus periférico e com a presença de um curso voltado à camponeses e quilombolas como a LEdoC – FUP/UnB, sejam publicadas informações visuais tão importantes como os Direitos Humanos para conhecimento geral e para demarcar a defesa destes direitos pela comunidade acadêmica.

Artisticamente falando, as expressões picturais parietais estão entre as mais antigas manifestações artísticas da humanidade, como, por exemplo, as pinturas rupestres que datam do Paleolítico Superior. Talvez pela verticalidade do suporte, pela qual, há tais representações, pelo caráter propagandista, ou ainda a experiência de melhor visualização à longas distâncias, enfim, o fato é que até hoje vemos as pinturas parietais como formas efetivas de representações arraigadas culturalmente à maioria dos povos humanos em suas respectivas expressões populares.

Por meio dessa técnica expressamos habitualmente uma linguagem artística fundamentada em aspectos políticos e históricos pelo caráter crítico da pintura parietal que chamamos de muralismo. O muralismo por sua vez, historicamente, tem um de seus pontos áureos, na sociedade moderna, como instrumento e ferramenta de crítica política. Usados pelos artistas mexicanos no início do século XX como Diego Rivera, José Clemente Orozco e outros, reconhecemos a pintura muralista como sendo uma linguagem comprometida, poderosa e das mais elevadas expressões populares, inclusive ressignificando a própria história, a identidade e o projeto de nação como vemos na experiência mexicana (JANSON, 2001)^v.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O muralismo carrega desde então essa roupagem crítica social e política, mas principalmente é utilizado como ferramenta de ensino e aprendizagem, o que explana a beleza dos processos de “ensinar enquanto se aprende e aprender enquanto se ensina”, conceito sempre abordado por Paulo Freire (1996, p. 12 - Livro Eletrônico). Lembramos ainda que a produção artística muralista, seja ela descrita por meio de informações escritas ou imagéticas são sínteses da práxis de informações empíricas ou acadêmicas (ingênuas ou críticas, como diria Paulo Freire (1996)^{vi}), que nesse caso foram instigadas no ambiente acadêmico, na Unidade Curricular dos Fundamentos da Educação do Campo na pós-graduação, estabelecendo conexões entre outros componentes estudados e com a dinâmica da graduação na LEdoC – FUP/UnB. Acreditamos que “a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípua da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil” (FREIRE, 1996, p.15)^{vii}. Essas fundamentações corroboram com a afirmação de que a educação tem uma função específica na vida desses sujeitos, principalmente utilizando essa linguagem artística e certamente auxilia em nossa defesa de irracionalismos que assolam o cotidiano e nos ameaçam com a perda de direitos historicamente construídos.

Referências

- Assembleia Geral da ONU. (1948). "**Declaração Universal dos Direitos Humanos**" (217 [III] A). Paris. Retirado de <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>
- CARVALHO, Cristiene Adriana da Silva; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves. Quando a Educação do Campo interroga as Práticas Artísticas. In: CARVALHO, Cristiene Adriana da Silva; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Práticas artísticas do campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: 2016. pp. 19-37.
- FREIRE, Paulo – **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**, 1996, 25ª Edição, Impresso no Brasil 2002 [livro eletrônico].
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 23ª Reimpressão [livro eletrônico].
- JANSON, H. W. **História Geral da Arte – Mundo Moderno** – 2ª Ed. - Martins Fontes São Paulo, 2001.
- MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de. Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil. Reflexões a partir da tríade: Campo – Política Pública – Educação. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de. (Orgs). **Memória e história do Pronera: contribuições para a educação do campo no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- NICOLESCU, Basarab. **Educação e Transdisciplinaridade**. Organização: Fredric M. Litto - Coordenador Científico, Escola do Futuro da USP - 1999.
- PIOVESAN, Flávia. Declaração Universal de Direitos Humanos: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Estudos Jurídicos**, v. 9, n. 2, p. 31, 2014.

ⁱ <http://lattes.cnpq.br/3169708189144579>

ⁱⁱ <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>

ⁱⁱⁱ https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?sessionId=E857B9E24CD57877A29054B2E1A4C2DF&buscatextual_0

^{iv} NICOLESCU, Basarab. **Educação e Transdisciplinaridade**. Organização: Fredric M. Litto - Coordenador Científico, Escola do Futuro da USP – 1999, p.11.

^v JANSON, H. W. **História Geral da Arte – Mundo Moderno** – 2ª Ed. - Martins Fontes São Paulo, 2001, p.950.

^{vi} FREIRE, Paulo – **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**, p. 15, 1996

^{vii} FREIRE, Paulo – **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**, p. 15, 1996